

A composição do preço do escravizado no recôncavo açucareiro da Bahia colonial: um estudo de caso a partir da escravaria de Custódio Ferreira Dias (c. 1750 a c. 1800)

The composition of the price of the enslaved in the sugarcane region of colonial Bahia: a case study based on the slavery of Custódio Ferreira Dias (c. 1750 a c. 1800)

La composición del precio de los esclavizados en la región cañera de la Bahía colonial: un estudio de caso a partir de la esclavitud de Custódio Ferreira Dias (c. 1750 a c. 1800)

Augusto Fagundes da Silva dos Santos*
<https://orcid.org/0000-0003-1700-2689>

RESUMO: O presente artigo busca através da amostragem obtida a partir dos dados extraídos do inventário *post-mortem* do senhor de engenho Custódio Ferreira Dias analisar o perfil e o valor econômico da população cativa no recôncavo açucareiro da Bahia na segunda metade do século XVIII. A grande quantidade de terras e os quatro engenhos de açúcar desse senhor demandaram uma imensa escravaria composta por 336 almas, que permitiram examinar importantes variáveis quantitativas e demográficas da população escravizada na região, tais como: idade, origem étnica, gênero, condição de saúde, nível de qualificação e composição do preço do cativo. Além da

* Professor de História Econômica da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Doutor em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Pesquisa História do Brasil Colônia e se interessa principalmente pelos seguintes temas: História Econômica; História Institucional; História da Bahia; Crédito; Elites; Riqueza e Escravidão. É autor do livro “História Financeira da Santa Casa de Misericórdia da Bahia no século XVIII”, publicado pela Quarteto editora em 2015. É autor individualmente e em coautoria de vários artigos, dentre os quais destacam-se: “A primeira Caixa Econômica da Bahia: Gênese e atividades iniciais (1834-1850). Areas-Revista Internacional De Ciencias Sociales, v. 1, p. 27-37, 2021; O mercado creditício na Bahia Colonial (1777-1808). Saeculum (UFPB), v. 26, p. 251-265, 2021; A importância da paleografia para o estudo das escrituras públicas. REVISTA DE FONTES, v. 5, p. 55-63, 2019; Considerações sobre um campo disciplinar: os principais modelos explicativos da economia colonial. CADERNOS DE HISTÓRIA, v. 19, p. 142-168, 2018; O patrimônio da Santa Casa de Misericórdia da Bahia no século XVIII. Faces da História, v. v.2, p. 179-201, 2015; A Misericórdia da Bahia e o seu sistema de concessão de crédito (1701-1777). HISTÓRIA E ECONOMIA, v. 13, p. 77-96, 2014 e Doações: principal fonte de receitas da Santa Casa de Misericórdia da Bahia no século XVIII. Revista Debate Econômico, v. 1, p. 54-85, 2013. E-mail: augustofagundes@uefs.br.

apresentação de dados inéditos, este trabalho possibilita o questionamento de algumas visões tácitas presentes na historiografia.¹

Palavras-chave: História quantitativa. Demografia histórica. Escravidão. Período colonial. Recôncavo da Bahia.

ABSTRACT: This article seeks to analyze the profile and economic value of the captive population in the sugarcane region of Bahia in the second half of the 18th century through the sampling obtained from the data extracted from the post-mortem inventory of mill lord Custódio Ferreira Dias. The large amount of land and the four sugar mills of this lord required an immense slavery composed of 336 souls, which allowed the examination of important quantitative and demographic variables of the enslaved population of the region, such as: age, ethnic origin, gender, health condition, qualification level and composition of captive prices. In addition to presenting unpublished data, this work makes it possible to question some tacit views present in historiography.

Keywords: Quantitative History. Historical demography. Slavery. Colonial period. Reconcavo of Bahia.

RESUMEN: El presente artículo busca, a través del muestreo obtenido a partir de los datos extraídos del inventario *post mortem* del dueño de la plantación Custódio Ferreira Dias, analizar el perfil y el valor económico de la población cautiva en la región cañera de Bahía en la segunda mitad del s. el siglo XVIII. La gran cantidad de tierra y los cuatro ingenios azucareros de este señor demandaron una inmensa esclavización compuesta por 336 almas, lo que permitió examinar importantes variables cuantitativas y demográficas de la población esclavizada en la región, tales como: edad, origen étnico, género, condición de salud, nivel de calificación y composición de precios cautivos. Además de la presentación de datos sin precedentes, este trabajo permite cuestionar algunas visiones tácitas presentes en la historiografía.

Palabras clave: Historia Cuantitativa. Demografía Histórica. Esclavitud. Período colonial. Recôncavo da Bahia.

¹ Agradeço pela leitura atenta, pelas críticas e sugestões de Maria de Fátima Novais Pires, Luiz Fernando Saraiva e Rita de Cássia da Silva Almico, bem como aos meus colegas do grupo de pesquisa em História Econômica da UFF, Demétrio Santos, Matheus Sinder e Artur Porto.

Como citar este artigo:

Santos, Augusto Fagundes da Silva dos. “A composição do preço do escravizado no recôncavo açucareiro da Bahia colonial: um estudo de caso a partir da escravaria de Custódio Ferreira Dias (c. 1750 a c. 1800)”. *Locus: Revista de História*, 28, n.1 (2022): 323-354.

Considerações iniciais

O presente artigo busca tratar de algumas variáveis demográficas e econômicas dos escravizados no norte do recôncavo da Bahia, mais especificamente, em terras de Custódio Ferreira Dias, um dos maiores senhores de escravizados da Bahia na segunda metade do século XVIII. Além dessas considerações iniciais e finais, o presente texto é formado por mais cinco sessões. Na primeira sessão “Críticas à fonte”, buscamos apresentar os limites e as possibilidades da utilização de inventários *post-mortem* como fonte para o estudo da demografia histórica da escravidão. Na segunda sessão, procuramos apresentar a trajetória do negociante Custódio Ferreira Dias. Na sessão três, uma vez que já havia sido feita uma breve exposição quanto ao processo de constituição da riqueza de Custódio Dias, caracterizamos a sua população escravizada, considerando aspectos como gênero, faixa etária e origem étnica. Na quarta sessão, mapeamos a quantidade de indivíduos por função e pelas atividades desempenhadas. Uma vez que já conhecíamos a fonte utilizada no artigo, a trajetória econômica do grande escravocrata e variáveis importantes de sua população cativa, tais como: gênero, idade e origem étnica, bem como as características e o quantitativo das atividades, funções e ofícios desempenhados pelos escravizados, trazemos na quinta e última sessão as variáveis na composição do preço do cativo no recôncavo da Bahia ao final do período colonial.

Críticas à fonte

São muitas as possibilidades de utilização dos inventários *post-mortem* para as pesquisas demográficas. Os inventários são documentos ainda muito pouco explorados com essa finalidade. Quando se trata do período colonial, época em que não há dados demográficos sistematizados, esses documentos tornam-se ainda mais importantes para a caracterização da população escravizada (Florentino, 1997; Salles, 2008, Marcondes, Bacellar, Klein, Luna). No entanto, há de se considerar que os inventários *post-mortem* não foram produzidos com finalidades demográficas,

mas com o objetivo jurídico principal de garantir o direito de sucessão e a partilha de bens do inventariado entre os herdeiros (Cunha, 2015).

Admite-se ainda, que as fases da vida de um senhor se refletiam na composição de sua escravaria (Gutman, 1976). Sendo assim, um inventário *post-mortem* retrata um momento específico da trajetória de um sujeito, o seu final. Portanto a sua riqueza, e, por conseguinte, a sua escravaria, variaram para mais ou para menos ao longo de sua trajetória.

Apesar da afirmação de Gutman, acreditamos que os 336 escravizados pertencentes à Custódio Ferreira Dias ao final da vida, representaram um de seus maiores contingentes de escravizados ao longo de toda a sua trajetória. Sua biografia econômica nos ajuda a pensar essa questão, pois sendo negociante de origem, demandava em seus trapiches uma quantidade de escravizados imensamente menor do que nos quatro engenhos que por endividamento e execução de hipotecas contra os seus devedores, passou a possuir no último terço de vida.²

Um inventário *post-mortem* é composto basicamente por duas partes principais. Na primeira parte consta o levantamento e a avaliação de todos os bens do inventariado, tais como: móveis, utensílios, jóias, semoventes, bens de raiz, dinheiro de contado, dívidas ativas (vendas a prazo, dinheiro emprestado e ou serviços prestados) e dívidas passivas, desde despesas ordinárias até despesas médicas, gastos com o funeral e com a custa do próprio processo de inventário, além do monte-mor.

Já a segunda parte trata do auto de partilha, no qual é apresentado o quinhão de cada herdeiro, ou seja, a relação de bens deixados pelo inventariado que cabe ao cônjuge e aos filhos. Entre essas partes podem aparecer: certidões do contraste do avaliador do ouro e da prata, além de declarações e petições diversas.

Para a produção deste artigo utilizamos apenas uma parte da avaliação dos bens do inventariado, aquela que contém a descrição dos escravizados. Nos inventários do período escravista no Brasil, os escravizados são descritos como semoventes juntos ao gado *vacum*, cavalari, dentre outros, sendo tratados, portanto, com a mesma importância social de um animal, ou nas palavras de Kátia Mattoso, como “uma mercadoria como as outras” (Mattoso, 1988, 127).

A partir do inventário é possível obter as seguintes informações dos escravizados: nome, nação (origem étnica), atividade e valor econômico, como no caso do escravizado Manoel que foi descrito da seguinte maneira: “Manoel de nação Angola oficial de alfaiate foi avaliado em cento e cinquenta mil réis”.

² Para saber sobre a trajetória de Custódio Ferreira Dias. Cf: Inventário post-mortem de Custódio Ferreira Dias – Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB. Seção judiciária. Nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801.

Com alguma frequência, além das informações já citadas, mencionava-se também a faixa etária do escravizado como nos casos de “Jozé de Nação Nagô ainda moço que o avaliaram em cem mil réis” ou de “Caetana de Nação gege já velha que avaliaram os ditos avaliadores em quarenta mil réis”.³

Com menor regularidade, apontavam-se as características físicas do escravizado, geralmente para indicar alguma doença, a exemplo do escravizado Manoel “crioulo velho e por estar estoporado se lhe não dão valor” ou “Cipriano gege muito doente de erisipelas que por incapaz não lhe deram valor algum.

Custódio Ferreira Dias e sua trajetória econômica

A escolha de Custódio Ferreira Dias como sujeito histórico se justifica por ter sido ele um dos maiores senhores de escravizados da Bahia na segunda metade do século XVIII. Contabilizamos um total de trezentos e trinta e seis almas escravizadas que somadas foram avaliadas na vultosa cifra de 35:018\$000 réis. Além dessa imensa escravaria, Custódio Dias foi senhor de quatro engenhos: o Macaco, o Buraco, o Mamão e o Caruassú, todos localizados ao norte do recôncavo e avaliados em mais de 121 contos de réis. Grande proprietário de terras, fazendeiro de gado, homem de negócios atuando no comércio transatlântico de mercadorias e no tráfico transoceânico de escravizados.

³ Inventário post-mortem de Custódio Ferreira Dias – Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB. Seção judiciária. N° de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801.

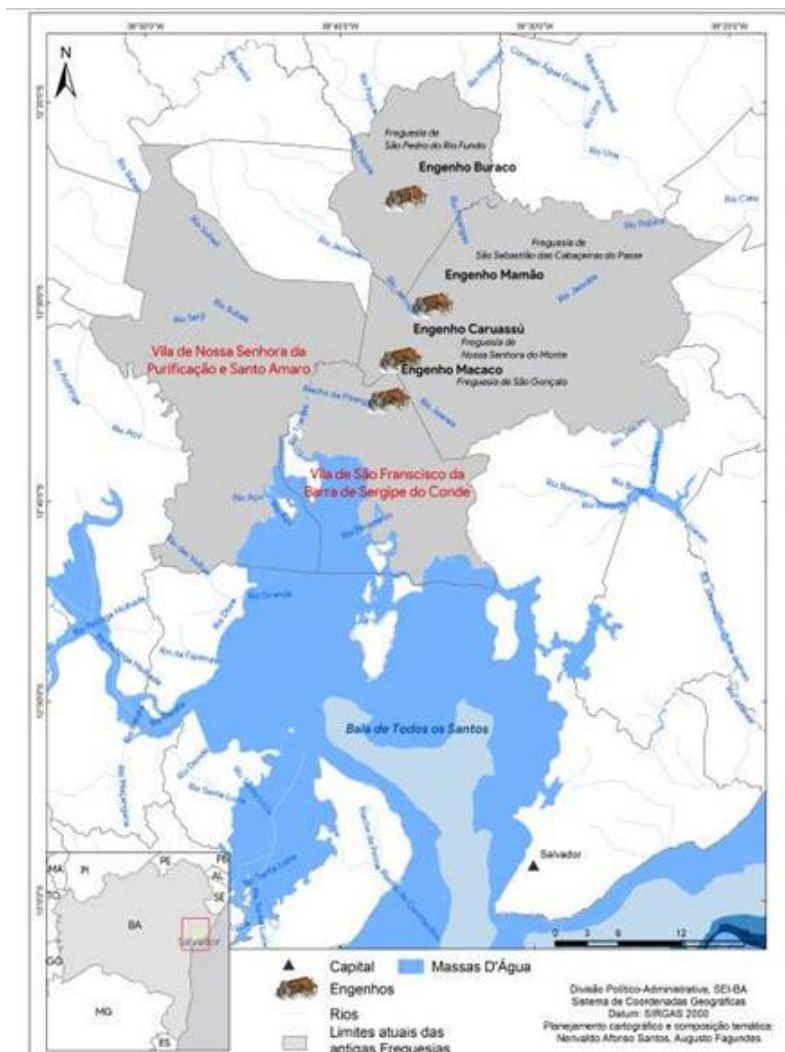


Figura 1: Mapa com a localização dos engenhos de Custódio Ferreira Dias ao norte do recôncavo da Bahia. Fonte: Inventário post-mortem de Custódio Ferreira Dias – Arquivo Público do Estado da Bahia – APEB. Seção judiciária. N° de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801.

Nota-se através do mapa que todos os seus quatro engenhos se localizavam ao norte do recôncavo da Bahia nas terras mais valorizadas e produtivas de solo massapê. Percebe-se ainda que as unidades produtivas estavam instaladas próximos aos rios Jacuípe, Pojuca, Joanes e Pitanga, o que deve ter facilitado a produção e, sobretudo, o seu escoamento em direção à cidade da Bahia.

Todo esse poderio econômico representado nos engenhos e na grande escravaria originou-se da atividade mercantil. Custódio Ferreira Dias nasceu na Província do Douro, região do Porto em Portugal no ano de 1751 e veio para o Brasil ainda jovem onde buscou a sorte como mercador. Em Salvador se estabeleceu como comerciante e, no último quartel do século XVIII já figurava entre os maiores homens de negócio da praça comercial da Bahia e faleceu em 17 de agosto de 1801 aos 50 anos de idade.

Nesse meio século de vida de Ferreira Dias, Salvador passou por transformações importantes, dentre elas, deixou de ser capital da colônia. Essa diminuição de poder político não significou enfraquecimento econômico, pois uma série de acontecimentos permitiu a retomada da produção e dos preços dos principais produtos baianos no mercado externo, tais como: a Revolução Industrial e a guerra de Independência na América Inglesa, que provocaram aumento da demanda por algodão e a Revolução escrava na colônia francesa de São Domingos em 1791, que desorganizou a maior região produtora de açúcar e de café mundial à época, contribuindo decisivamente para o recrudescimento da economia baiana no final do período colonial. A esses fatores exógenos, inclui-se a preocupação do Estado português, a partir do período pombalino em ampliar e diversificar a produtividade agrícola como elemento fundamental na implementação das reformas econômicas (Barickman, 2003, 49-52).

Essa conjuntura econômica positiva da economia baiana no final do período colonial foi decisiva para que Custódio Ferreira Dias deixasse de ser um simples comerciante para se tornar um dos indivíduos economicamente mais poderosos da Bahia no período. Na amostragem de Maria José Rapassi Mascarenhas, Dias aparece como indivíduo mais rico, com fortuna avaliada em 304:165\$494 réis (Mascarenhas, 1998, 269).

Custódio Ferreira Dias possuiu muitas propriedades localizadas na área urbana e no termo de Salvador. Além da principal residência da família, uma casa de sobrado construída de pedra e cal na Conceição da Praia, matinha também uma casa de descanso situada na Boa Viagem, extramuros da cidade. Detinha ainda algumas moradas de casas térreas para aluguel situadas na Rua Direita de Santo Antônio Além do Carmo.

Além das propriedades residenciais para usufruto e aluguel, Custódio Ferreira Dias possuía algumas propriedades urbanas de cunho comercial, como um grande Trapiche na “pancada do mar” e dois armazéns náuticos próximos a ele. Esses trapiches e armazéns ocupavam papel central nos negócios de carregação do negociante, pois era na Conceição da Praia que os açúcares produzidos nos seus engenhos situados no termo da Vila de São Francisco do Conde eram armazenados antes de serem enviados para a Europa ocidental. A soma das cifras das avaliações das propriedades urbanas do negociante atingiu a quantia de 18:300\$000 réis.

Com negócios bastante diversificados, Dias se consolidou como um expressivo financista na Salvador do último quartel do setecentos, pois, suas dívidas ativas montavam em 125:000\$000 réis, cerca de 40% do total de seu patrimônio.

Caracterização da população escravizada de Custódio Ferreira Dias: gênero, faixa etária e origem étnica

O Gráfico n° 1 demonstra que Custódio Ferreira Dias, assim como a maioria dos senhores de engenho da Bahia no final do período colonial, optaram por adquirir muito mais homens do que mulheres como força de trabalho. Dos trezentos e trinta e seis escravizados contabilizados, duzentos e quinze eram do sexo masculino e cento e vinte e um do sexo feminino, como se pode verificar no gráfico a seguir:

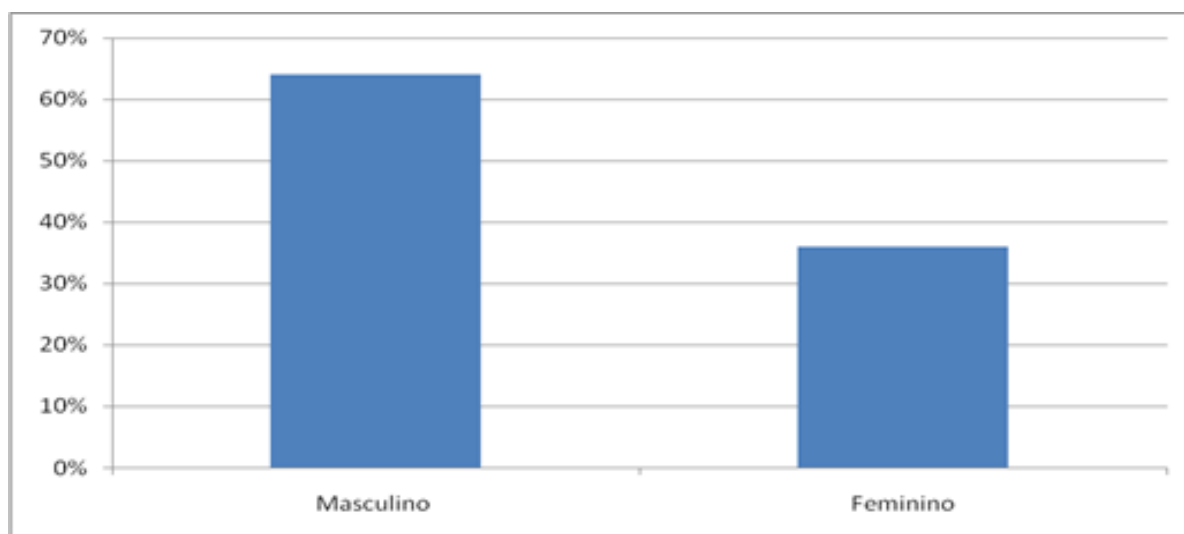


Gráfico 1: Divisão dos escravizados por gênero. APEB. Seção Judiciária, n° de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário post-mortem de Custódio Ferreira Dias.

A quantidade de homens em relação à de mulheres escravizadas foi significativa. Em termos percentuais 64% dos escravizados de Custódio Dias eram do gênero masculino contra 36% do gênero feminino. Schwartz considera que a predominância masculina pode ter sido causada pela preferência dos senhores de engenho pela força de trabalho de homens, pela pouca atenção que se deu à capacidade reprodutiva das mulheres no período colonial⁴ e pela menor disposição dos fornecedores africanos em disponibilizar mulheres e crianças para o tráfico com os europeus (Schwartz, 1988, 286).

Antes de apresentarmos os dados sobre a faixa etária dos cativos, cabe uma nota prévia sobre a nomenclatura adotada resultante de uma análise criteriosa das fontes. Adotamos as definições estabelecidas por Kátia Mattoso (2003) com algumas alterações, segundo a qual molequinho/molequinha eram indivíduos com idade que variavam entre zero e sete anos.

⁴ Esta afirmação vem sendo contestada por pesquisas recentes. Cf. (Nogueira, 2011); (Ribeiro, 2012).

Moleque/moleca era o termo adotado para se referir a crianças escravizadas com idade entre oito e quatorze anos. Molecão/molecona seriam os escravizados com idade entre quinze e dezoito anos.

Os termos negro/negra e moço/moça eram empregados para designar escravizados em fase adulta, com idades que variavam entre os dezenove e os trinta e cinco anos. A nomenclatura velho/velha foi utilizada pela autora quando se tratava de escravizados com trinta e cinco anos ou mais (Mattoso, 2003, 86).

Além destas classificações, incluímos mais duas categorias etárias, a primeira relacionada aos escravizados muito jovens, “os molequinhos”. Entendemos que o termo molequinho adotado por Mattoso (2003) não dá conta das complexas variações dentro da tenra idade, por isso desdobramos o termo molequinho em dois grupos menores, criando um subgrupo para a primeira fase da vida. Denominamos esta nova categoria de “escravizados de peito/de colo” para designar escravizados com faixa etária entre zero e três anos de idade.

Já a terminologia “molequinho” foi mantida e utilizada para representar os escravizados entre quatro e sete anos de idade. Essa definição permite um olhar mais aprofundado por temáticas importantes da escravidão no período colonial, tais como: taxa de natalidade, crescimento vegetativo da população escravizada e taxa de mortalidade. Ademais, a variação de preço entre os escravizados “de peito/ de colo” e os “molequinhos ou crioulinhos”, ou seja, negros que já sabiam andar e falar, era significativa. Este aspecto não deve ser negligenciado, haja vista que é um elemento que está intimamente relacionado ao exame das taxas de mortalidade infantil no período colonial, índice que deve ter sido muito alto, sobretudo quando envolveu a população escravizada.

Outra adequação que fizemos a partir das definições de Mattoso (2003) estão relacionados aos “velhos”. Para a autora, a partir dos trinta e cinco anos, um escravo na Bahia do século XIX já era considerado velho. Consideramos que essa definição relacionada ao “escravo velho” é demasiadamente vaga e não dá conta das especificidades endógenas dessa categoria. Por isso, também nesse caso, criamos outro subgrupo que denominamos como “muito velhos”. Essa terminologia permite perceber com maior profundidade a taxa de depreciação no preço do cativo na Salvador colonial, além de se aproximar com mais exatidão da expectativa de vida da população escravizada na Bahia do final do período colonial.

Consideramos como “muito velhos” os escravizados que possuíam idade igual ou superior aos cinquenta anos. Este termo aparece algumas vezes na documentação e tem um padrão que permite distingui-los dos demais. Essa distinção fica mais evidente quando comparado à categoria “velhos”, ou seja, enquanto os “velhos” possuíam valor econômico reduzido, os considerados “muito velhos” apesar de definidos e classificados no inventário, eram considerados uma propriedade sem nenhum valor econômico.

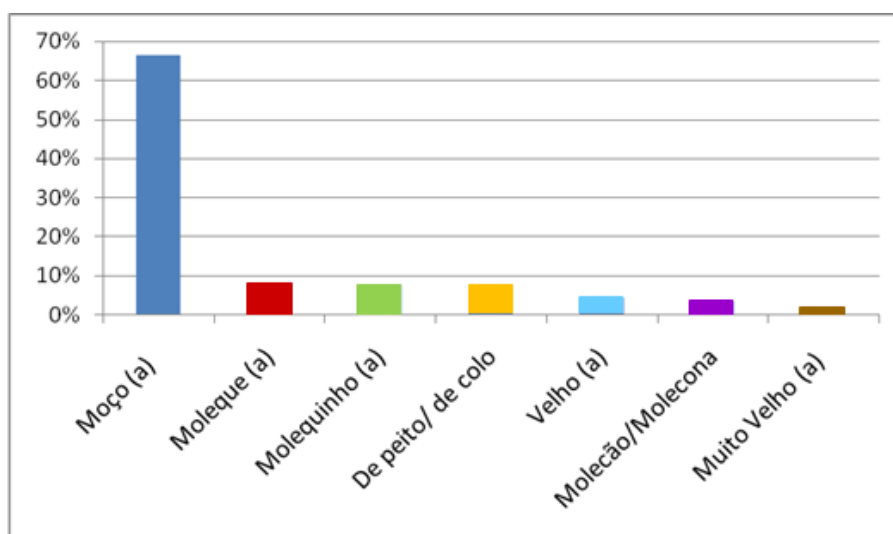


Gráfico 2: Divisão dos escravizados por faixa etária. APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

O Gráfico nº 2 que representa a divisão dos escravizados de Custódio Ferreira Dias por faixa etária, demonstra a forte presença do escravizado adulto em relação às demais faixas etárias. Enquanto o escravizado adulto representou quase 70% do quantitativo total, as demais faixas etárias não atingiram sequer 10% do universo de escravizados.

A estrutura etária dos engenhos da Bahia colonial era de fato formada por poucas crianças. Schwartz (1988) analisando seis engenhos baianos em 1816 encontrou apenas 14% dos cativos com idade inferior a oito anos. Segundo o autor, mesmo com a ampliação da faixa etária para quatorze anos, este número não chegaria a 20% (Schwartz, 1988, 289).

As crianças escravizadas abaixo dos oito anos de idade representaram 16% do total de escravizados de Ferreira Dias. Quando ampliamos para a faixa denominada “moleques”, ou seja, escravizados com idade até os quatorze anos, este percentual sobe para 24%.

A despeito de a Bahia ter se constituído ao longo do período colonial como um dos terminais mais relevantes do tráfico transoceânico de escravizados e apesar de Custódio Ferreira Dias não estar alheio a essa conjuntura, mas pelo contrário, atuou intensamente tanto no tráfico, quanto na utilização da mão de obra cativa em seus engenhos de açúcar. O fato é que a taxa de natalidade em suas propriedades rurais esteve acima da média dos dados apresentados por Schwartz (1988).

Acerca da origem étnica, percebe-se que dos trezentos e trinta e seis escravizados pertencentes à fortuna de Custódio Ferreira Dias, pelo menos duzentos e quatorze deles, ou seja, 63,7% do total nasceu no continente africano. Schwartz afirma que “a população escrava na Bahia sempre foi composta por grande parcela de estrangeiros, provavelmente possuindo em média 70%

de africanos desde 1600 até o fim da era colonial.” (Schwartz, 1988, 289). O percentual um pouco menor de escravizados importados da África no inventário de Ferreira Dias deve ter sido coberto pela taxa de natalidade ligeiramente superior a amostra de Schwartz. A seguir no Gráfico nº 3 evidenciamos a diversificação étnica desses indivíduos. Foram identificados sete grupos étnicos distintos, como veremos a seguir:

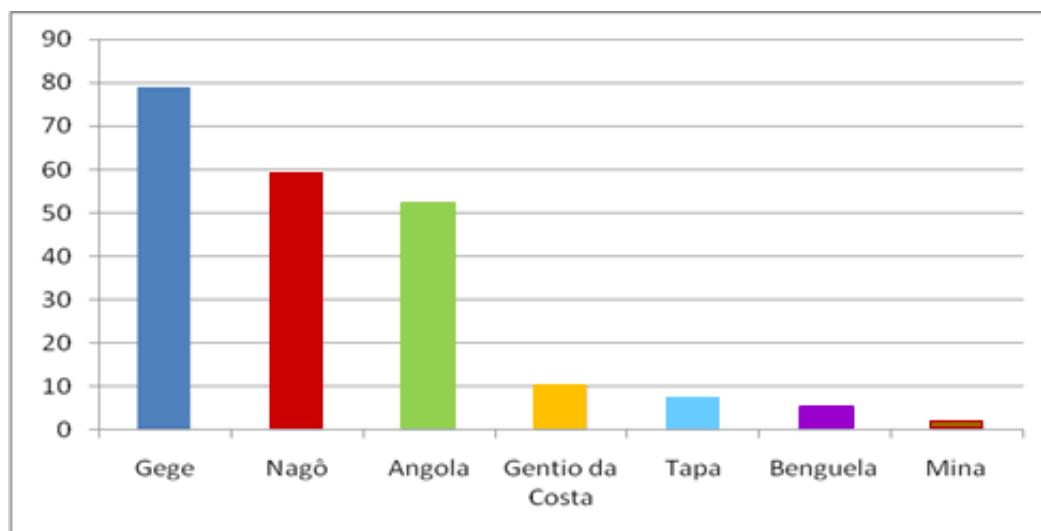


Gráfico 3: Diversificação étnica dos escravizados nascidos na África. APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário post-mortem de Custódio Ferreira Dias.

Como se pode verificar a partir do Gráfico nº 3 havia predominância de escravizados Geges, Nagôs e Angolas respectivamente, sendo que a presença Gege foi mais destacada em relação a todos os demais grupos étnicos. Ao todo foram identificados setenta e nove escravizados Geges. Os Nagôs vieram em seguida totalizando cinquenta e nove escravizados, número muito próximo ao de escravizados Angolas, cinquenta e dois no total.

Os demais grupos étnicos tiveram participação pequena em relação aos três grupos já apresentados. Foram identificados dez indivíduos como do Gentio da Costa, sete escravizados de nação Tapa, cinco Benguelas e dois Minas.

O Gráfico nº 3 está inserido na conjuntura de “ciclo da Baía do Benin”, ou seja, um período de intensa chegada de africanos na Bahia vindos da África Ocidental, mais especificamente da parte setentrional do Golfo da Guiné. Este ciclo teve início por volta das últimas décadas do setecentos e no limiar do século XIX quando: “sob a pressão da Inglaterra o tráfico é declarado ilegal ao norte do Equador, e sobretudo após 1830, quando se torna inteiramente ilícito, o tráfico brasileiro desloca-se para África Oriental...” (Mattoso, 2003, 37). Por este motivo, há uma grande quantidade de etnias iorubás oriundas da região ocidental da África, a exemplo dos geges e nagôs. A também

relevante presença escravizada de angolas na Bahia do final do período colonial aponta que a ideia cíclica de tráfico pode deturpar a realidade.

Embora se saiba que o porto de São Paulo de Luanda se constituiu naquele período como principal fornecedor de escravizados para as capitanias do sul: Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo, respectivamente, (Mattoso, 2003, 36) isto não impedia que a Bahia recebesse um relevante afluxo de escravizados angola (Ximenes, 2013).

Sobre este aspecto, Cristiana Lyrio Ximenes se valendo de uma intervenção de Mariza Soares sobre a importância de estudar as rotas minoritárias diz:

O interesse pelas rotas majoritárias e a importância das pesquisas realizadas sobre elas terminou por provocar uma desatenção sobre as rotas minoritárias. Com isso, por exemplo, uma investigação mais acurada deixava de ser realizada tanto sobre os contratos comerciais, diretos ou indiretos, entre o Rio de Janeiro e a Baía do Benim, quanto às ligações entre Bahia e Pernambuco e Angola. (Ximenes, 2013, 16).

A seguir, o Gráfico n° 4 traz a etnia dos escravizados sem distinguir os nascidos na África dos nascidos no Brasil. Somam-se às sete etnias africanas já mencionadas no Gráfico n° 3 mais quatro terminologias, a saber: crioulo, mulato, cabra e pardo. Incluindo essas quatro últimas nomenclaturas relacionadas à miscigenação, temos no próximo gráfico um quadro bastante representativo do perfil étnico da escravidão na Bahia do final do período colonial. Conseguimos identificar a origem étnica de 97,9% dos trezentos e trinta e seis escravizados presentes no inventário de Custódio Ferreira Dias.

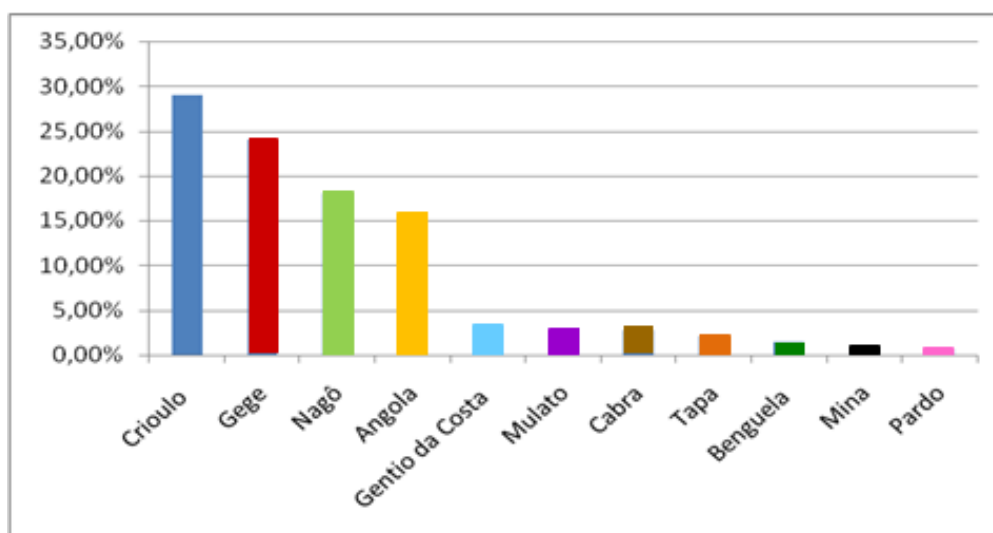


Gráfico 4: Diversificação étnica dos escravizados de Custódio Ferreira Dias. APEB. Seção Judiciária, n° de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário post-mortem de Custódio Ferreira Dias.

Como se verifica no Gráfico n° 4, os escravizados considerados crioulos constituíram o grupo com maior representatividade dentro do universo total dos escravizados de Custódio

Ferreira Dias, representando 29% do total (noventa e cinco escravizados)⁵, seguido dos escravizados de nação Gege que representaram 24% ou (setenta e nove escravizados). Em terceiro lugar, os escravizados nagôs que significaram 18% do total ou (cinquenta e nove cativos). Na quarta posição têm-se os escravizados angola com representatividade de 15,8% do total, o que em termos absolutos significou cinquenta e dois cativos. Na quinta colocação ficaram os cativos classificados como do gentio da Costa representando 3% do montante ou dez escravizados. Empatados na sexta posição ficaram os escravizados mulatos juntamente com os cabras, ambos representaram 2,7 % do computo total, ou nove escravizados cada. Os escravizados de origem Tapa com 2,1 % ou sete almas vieram logo em seguida na sétima posição. Na oitava colocação, os benguela com participação ainda menor, representando apenas 1,5% (cinco cativos), superior apenas aos escravizados mina e os pardos que empatados na última colocação representaram cada, 0,6% dos escravizados, o que significa dois escravizados para cada etnia.

Ao somarmos crioulos, mulatos, cabras e pardos, observamos que cento e quinze ou 35% dos escravizados pertencentes ao inventário de Custódio Ferreira Dias nasceram em terras brasileiras. Esta relativamente alta quantidade de escravizados nascidos no Brasil demonstra como a escravidão estava sendo mantida não apenas pelo tráfico transatlântico de escravizados, mas também pela reprodução natural.⁶ O exemplo dos crioulos nascidos nas terras de Custódio Dias ou adquiridos por meio da compra de outras regiões da colônia permite inferir que havia uma preocupação de alguns senhores em reduzir custos, evitando repor sua força de trabalho por meio da compra de novos cativos, estimulando a ampliação da população escravizada por meio do aumento da taxa de natalidade. Obviamente, o incremento da natalidade entre os escravizados não era apenas resultado da vontade senhorial, mas resultado de diversas formas de resistência, dentre elas a própria constituição da família escrava (Slenes, 1999).

A presente amostra não tem a intenção de questionar o peso do tráfico transatlântico de escravizados na atividade açucareira do recôncavo da Bahia na segunda metade do século XVIII, mas ela é útil para demonstrar que alguns engenhos da região buscaram vias alternativas para a

⁵ Para maior aprofundamento sobre o processo de crioulação e diversificação étnica entre os escravizados na Bahia do final do período colonial (Pares, 2005, 70-101) e (Pares, 2014, 1-32).

⁶ Para melhor exame das taxas de natalidades e outras variáveis importantes sobre demografia histórica da escravidão no Brasil. Cf. LIBBY, D. C.. Demografia e Escravidão. LPH. Revista de História (UFOP), Ouro Preto, v. 3, n.1, p. 267-294, 1992; LIBBY, D. C.; PAIVA, C. A. (Org.) História Econômica e Demografia Histórica. 1. ed. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2002; LIBBY, D. C.; BOTELHO, Tarcísio Rodrigues; ANDRADE, C. V. de. Família e demografia em Minas Gerais, séculos XVIII, XIX e XX. Revista Brasileira de Estudos de População (Impresso), v. 29, p. 199-206, 2012; MARTINS, Roberto Borges. Crescendo em silêncio: A incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX. Belo Horizonte: ICAM-ABPHE, 2018.

recomposição de sua força de trabalho cativa, não ficando dependente apenas do fornecimento via tráfico.

Seja por atitude deliberada ou como acaso, o fato é que o bom índice de reprodução natural em terras de Custódio Ferreira Dias se assemelhou ao de algumas instituições religiosas que estimulavam a natalidade entre os seus escravizados. Schwartz afirma que alguns jesuítas e principalmente, os beneditinos adotaram:

[...] uma política em favor de proporções mais equilibradas entre os sexos, casamentos e condições propícias à reprodução... Ao contrário de muitos senhores de escravos no Brasil colônia, os beneditinos parecem ter incentivado a formação de unidades familiares...Dados da Bahia indicam que havia algo de verdade nessa crença. Um exame das propriedades beneditinas entre 1652 e 1710 revela números relativamente altos de crianças, variando de 20 a 24% de uma a outra propriedade (Schwartz, 1988, 292-3).

O autor considera que os engenhos administrados por algumas instituições religiosas eram mais propensos a permitir o casamento entre escravizados e que estes casamentos tinham como consequência o estímulo a taxas de natalidade dentro da unidade produtiva.

A nossa pesquisa diverge dos resultados obtidos pelo autor quando este considera que os engenhos laicos possuíam baixa taxa de natalidade entre os escravizados. O número de crianças nas propriedades de Custódio Ferreira Dias foi semelhante ao dos engenhos beneditinos apresentados por Schwartz.

Considerando-se o contexto, sua afirmativa é ainda mais questionável. Os dados expostos por Schwartz estão circunscritos a uma fase desfavorável da economia açucareira, o que permite deduzir que seus números podem estar superestimados quando analisados na longa duração. Em outras palavras, sua análise sobre a presença de crianças nos engenhos beneditinos insere-se entre meados do século XVII e início do século XVIII, período quase todo marcado pela crise da economia açucareira, o que estimularia os produtores de açúcar a buscar medidas alternativas para a reposição da escravaria, minimizando a dependência do tráfico transatlântico. O inverso tenderia a predominar em épocas positivas da economia de exportação, como em quase todo o período de vida do negociante Custódio Dias na segunda metade do século XVIII. Nesta conjuntura de retomada da economia de exportação do açúcar, a confiança dos produtores se restabelecia, permitindo investir mais na reposição de mão de obra cativa por meio do tráfico.

Custódio Dias, sendo o maior credor e um dos mais importantes traficantes e senhores de engenho da Bahia no final do período colonial, vivendo em um momento áureo da economia açucareira baiana após 1792 com a Revolução em São Domingos, lucrava duplamente com o ativo escravo, seja utilizando-o como mão de obra nos seus engenhos e em suas lavouras, seja como mercadoria, na condição de traficante abastecendo parte da praça comercial da Bahia. Não parece ter tido motivos aparentes para estimular a taxa de natalidade entre escravizados, mas assim o fez.

Seria uma exceção? Ou a premissa de que os engenhos seculares possuíam taxa de natalidade escrava muito maior do que os engenhos laicos é uma falácia? Outra questão seria a taxa de natalidade entre escravizados na Bahia colonial maior do que a apontada pela historiografia sobre a Bahia? Schwartz, ao buscar relacionar os casamentos entre escravizados chancelados pela Igreja e o aumento da taxa de natalidade cativa, preteriu as diversas e variadas formas de arranjos familiares entre escravizados, que igualmente poderiam contribuir para o aumento da natalidade cativa (Schwartz, 1988, 291-299). As modalidades de família escrava foram várias como nos ensina Robert Slenes para o caso da região de Campinas no século XIX, (Slenes, 1999) e Isabel Reis para a Bahia do mesmo período (Reis, 2007).

Kátia Mattoso (1992) defende que por pior que fosse a conjuntura, jamais o número de escravizados nascidos no Brasil ultrapassou a barreira dos 40%. Seja como for, possuir 35% do total de escravizados nascidos em terras brasileiras, não é nada desprezível. 24% do universo total de escravizados de Custódio Dias eram de crianças.

Atividades e ofícios

Antes de apresentar a divisão dos escravizados por qualificação, dividimos estes em três grandes grupos: os que realizavam atividades rurais, os que desempenhavam atividades domésticas e os que detinham algum tipo de função especializada ou ofício. Em um universo de vinte e oito terminologias distintas, a divisão inter-categorias foi a seguinte:

Atividades rurais	11
Atividades domésticas	7
Funções e ofícios	10
Total	28

Quadro 1: Divisão dos escravizados por tipo de ocupação. APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

No total, foi possível identificar a ocupação/função/especialização em duzentos e trinta e oito casos, o que representou 70,8% do total de escravizados presentes no inventário de Custódio Ferreira Dias. Destas ocupações, as atividades rurais dos escravizados e a quantidade deles ocupados em cada uma delas foram as seguintes:

TIPO DE ATIVIDADE RURAL	QUANTIDADE DE ESCRAVIZADOS
Serviço de enxada	126
Serviço do Machado	6

Serviço da roça	5
De todo serviço	4
Tangedor de Cavalos	3
Serviço do Engenho	3
Caldeireiro	12
Taxeiro	8
Carreiro	15
Moendeira	13
Purgadeira	4
Total	199

Tabela 1: Quantidade de escravizados por tipo de atividade rural. APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

Foram onze funções consideradas rurais. Três atividades estavam relacionadas à agricultura, seja da cana-de-açúcar e de demais gêneros alimentícios, a saber: do serviço de enxada, do serviço de machado e do serviço de roça. Identificamos também escravizados vinculados à agricultura, seja para a plantação da cana, seja para a plantação de demais alimentos para o abastecimento interno das unidades produtivas. Nestes casos, podemos mencionar o serviço de enxada, o serviço do machado, o serviço da roça e a função de tangedor de cavalos.

Escravizados do serviço de enxada foram os mais comuns. Com essa designação, registrou-se a quantidade de cento e vinte seis cativos, representando 63,1% de toda a população escravizada de Custódio Dias que desempenhavam atividades rurais, e 37,5% do universo total de escravizados. Estes números indicam uma forte produção agrícola, predominantemente voltada para a lavoura canavieira.

Escravizados do serviço de machado perfizeram o computo total de seis indivíduos. Apesar da proximidade entre as funções, elas não são idênticas, pois os escravizados do serviço do machado possuíam a função principal de fornecer lenhas para o engenho, além de serem responsáveis pelo corte de madeira, seja desmatando áreas para a ampliação do cultivado, seja fornecendo madeiras para as obras de construção, para a confecção de mobiliário doméstico ou para instrumentos e ferramentas necessárias ao funcionamento da unidade produtiva, diferentemente dos do serviço da enxada que tinham seu trabalho voltado para a agricultura da cana-de-açúcar.

Os escravizados do serviço de roça, por sua vez, constituíam-se enquanto mão de obra especializada na agricultura de subsistência, produzindo alimentos para o suprimento da demanda da propriedade. Não obstante, essas três categorias não eram estanques, o que implica que estes

escravizados poderiam ser deslocados entre o machado, a enxada e a roça, conforme a vontade do senhor ou a necessidade da unidade produtiva, que pode estar relacionada a vários fatores, a exemplo da sazonalidade da produção, do clima, da conjuntura econômica e de demandas excepcionais. Isso, no entanto, não anula a percepção de uma relativa organização social do trabalho nas propriedades rurais de Custódio Ferreira Dias.

Por fim, mencionamos mais uma função desempenhada por escravizados relacionados ao âmbito rural, trata-se dos tangedores de cavalos. Foram identificados três escravizados nessa categoria, o que denota a relevância do gado cavalariço, tanto como força motriz na moagem da cana, como também como um eficiente meio de transporte terrestre.

A terminologia “de todo o serviço”, apesar de ser uma nomenclatura demasiadamente genérica, permite inferir que se tratava de escravizados com várias habilidades que poderiam desempenhar múltiplas funções ou que poderiam atuar na função de mando, coordenando algumas atividades ou grupos de escravizados ou ainda, auxiliando em diversas funções.

Seis funções estavam intimamente relacionadas à produção do açúcar. Eram atividades que representam as várias etapas do processo produtivo do engenho, a saber: serviço do engenho, caldeireiro, taxeiro, carreiro, moendeiro e purgadeira.

Nas propriedades de Custódio Ferreira Dias, as atividades domésticas foram realizadas exclusivamente por mulheres. A tabela nº 2 traz a quantidade de escravizadas por tipo de atividade doméstica.

TIPO DE ATIVIDADE DOMÉSTICA	NÚMERO DE ESCRAVIZADAS
Costureira	4
Cozinheira	2
Lavadeira	1
Rendeira	1
Bordadeira	1
Que trata das crianças	1
Serviço de casa	7
TOTAL	17

Tabela 2: Quantidade de escravizadas por tipo de atividade doméstica. APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

A Tabela nº 2 demonstra que havia sete qualificações das escravizadas relacionadas às atividades domésticas, tais como: cozinheira, lavadeira, costureira, rendeira, bordadeira, que trata

das crias e do serviço de casa. Essas funções eram básicas para a manutenção da grande casa, pois essas mulheres cuidavam da alimentação, do vestuário dos escravizados e ainda da limpeza, condição básica para evitar a insalubridade, o que é fundamental para minimizar a propagação de doenças.

Como se pode observar, dezessete escravizadas ou 7,6% do total da população escrava adulta de Ferreira Dias, destinavam-se para o desempenho de funções domésticas relacionadas ao cotidiano, ao conforto, ao requinte, ao luxo, à pompa, à suntuosidade, ao *status* e ao prestígio do dito senhor e de seus familiares.

A grande quantidade de escravizadas domésticas pode ser explicada dentre várias coisas, pelo grande contingente humano que pertencia à Casa do senhor Custódio Ferreira Dias, formado por: esposa, filhos, genros, noras, demais parentes e agregados, o que promovia uma robusta demanda nos cuidados com a saúde, alimentação, conforto e estética.

TIPOLOGIA DAS ATIVIDADES E DOS OFÍCIOS	QUANTIDADE DE ESCRAVIZADOS
Carregador de cadeira	7
Marinheiro	4
Carpinteiro	2
Serralheiro	2
Barbeiro	2
Cabeleleiro	1
Alfaiate	1
Pedreiro	1
Ferreiro	1
Sangrador	1
Total	22

Tabela 3: Quantidade de escravizados por tipo de ofício. APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

Mais uma vez, no caso da Tabela 3, há uma gama variada de ocupações no caso da categoria funções e ofícios, dez no total. Tratava-se de escravizados com um alto nível de qualificação que deveria trazer retorno financeiro para o senhor, seja de forma direta, através do desempenho de suas funções, ou de forma indireta, através da prestação de serviços a outrem por meio do aluguel da mão de obra.

Esses escravizados altamente capacitados possuíam grande poder de barganha em suas estratégias de negociação com o senhor. Encontramos dentre esses, dois barbeiros, um cabeleleiro

e um alfaiate. Certamente, quando não estavam a serviço do senhor e de sua família, eles vendiam os seus serviços nas principais ruas comerciais de Salvador. Do mesmo modo, os escravizados com qualificações para obras de construção, como: carpinteiro, ferreiro, pedreiro e serrador, quando estavam ociosos e não desempenhavam nenhuma função em obras de manutenção, ampliação e aperfeiçoamento do patrimônio imóvel de Custódio Ferreira Dias, certamente atuavam como escravizados de ganho na urbe baiana setecentista (Andrade, 1988).

Já os quatro escravizados marinheiros, apesar de terem funções especializadas, quase nunca deveriam estar disponíveis para prestar serviços remunerados a outrem, pois, sendo o seu senhor, proprietário de quatro engenhos no Recôncavo, dono de trapiches em Salvador e traficante de escravizados da costa africana para a Bahia, dificilmente estes marinheiros que faziam as viagens de cabotagem entre Salvador e o recôncavo e de longa distância, sobretudo para a África, estariam ociosos.

Os carregadores de cadeira, apesar de ser dentre as funções apresentadas, aquela que exigisse o menor nível de qualificação, nem por isso, era uma função menos importante. Pelo contrário, sua forte demanda social talvez justifique ter sido a ocupação com maior quantidade de escravizados dentro da categoria (atividades e ofícios) da Tabela nº 3.

Utilizada principalmente por mulheres da alta sociedade baiana, as cadeiras de arruar constituíram-se como o principal meio de transporte urbano de curta distância utilizada pelas elites coloniais. A família Ferreira Dias não ficava alheia a essa demanda e utilizava com frequência esse meio de transporte. Isso é revelado não apenas pela quantidade de escravizados que desempenhavam a função de carregador de cadeira, como também pela quantidade desses veículos. Custódio Dias possuía quatro cadeiras de arruar. É provável que devido a essa quantidade acima da média, parte desses veículos fossem exclusivamente para o uso da família, enquanto as demais fossem disponibilizadas para auferir rendimentos diários através da prestação de serviços dos seus escravizados nas ruas da capital da Bahia.

Algumas características específicas eram consideradas para se designar um escravizado para o desempenho da função de carregador de cadeira. Ao que tudo indica os escolhidos para o desempenho dessa função eram escravizados adultos e saudáveis, conhecedores dos principais percursos da cidade.

Por fim, dentre os escravizados especializados mencionados na Tabela nº 3, menciona-se o sangrador. Diante da escassez de médicos especializados na Bahia colonial, a figura do sangrador possuía uma relevância fulcral nesta sociedade (Pimenta, T. S.; Dantas, R. A., 2014). A importância dessa função altamente especializada, principalmente entre os escravizados, revela-se no alto valor econômico que o cativo atingia com essa especialidade.

O escravizado mais valioso encontrado no inventário de Custódio Ferreira Dias no final do século XVIII foi um sangrador estimado em 300\$000 réis. Esse indivíduo deveria realizar sua função de forma itinerante, circulando entre as diversas propriedades localizadas tanto na capital quanto no recôncavo baiano. Acreditamos, no entanto, que pela grande quantidade de escravizados localizados nas zonas de *plantation*, que o trabalho do sangrador de Custódio Ferreira Dias concentrava-se no âmbito rural.

As variáveis na composição do preço do cativo no recôncavo da Bahia colonial

Considerando um dos maiores senhores de escravizados da Bahia no final do período colonial e a despeito de variáveis como: idade, gênero, estado de saúde e nível de especialização, temos que o preço médio geral do cativo na Bahia no período foi de 111\$522 réis. Nas páginas seguintes, buscaremos apresentar o valor da mão de obra escravizada a partir de cada uma das especificidades já mencionadas anteriormente.

GÊNERO	PREÇO MÉDIO
Feminino	93\$642
Masculino	121\$029

Quadro 2: Preço médio da mão de obra por gênero. APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

Como se pode observar do Quadro nº 2, no recôncavo baiano colonial, o valor do cativo masculino foi superior ao da mulher escravizada. Isso fica evidente no preço, sendo a mulher escravizada em média 30% menos valiosa do que o homem escravizado. Essa valorização da mão de obra masculina em relação à feminina tem relação com a opção dos senhores coloniais em considerar os homens como mais aptos ao trabalho pesado da grande lavoura açucareira. Como já visto, dentre os cativos de Custódio Ferreira Dias, 64% era formado por escravizados do sexo masculino.

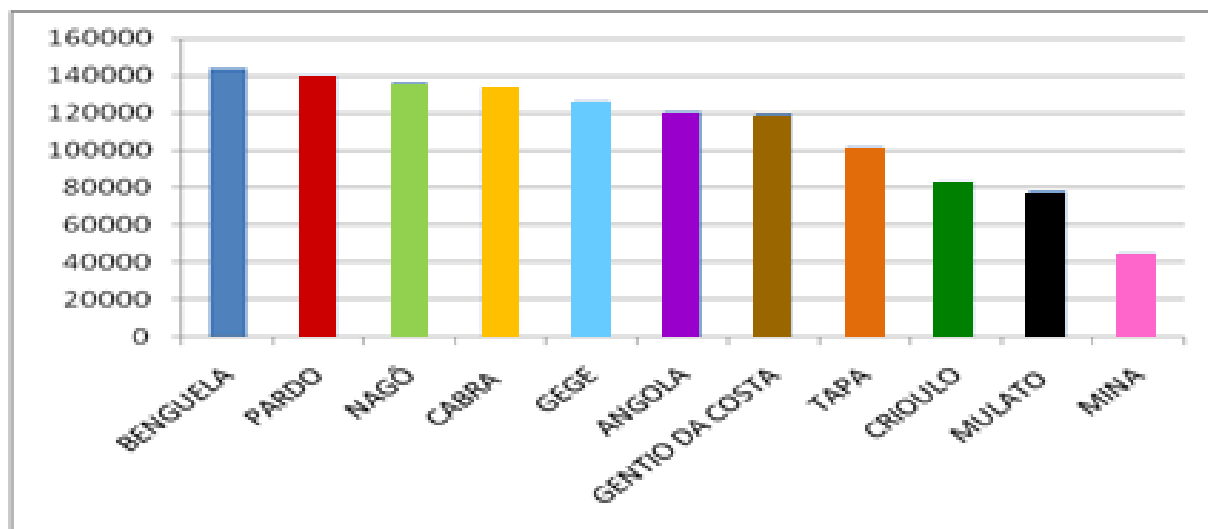


Gráfico 5: Preço médio dos escravizados por origem étnica. APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário post-mortem de Custódio Ferreira Dias.

Como se pode observar a partir do Gráfico nº 5, não houve tanta oscilação no valor do cativo quando o critério foi a origem étnica. A maioria das etnias teve preços que variaram dos 120\$000 réis, como são os casos dos escravizados com denominação angola e do gentio da costa a 140\$000 réis aproximadamente, como nos casos dos nagôs, cabras e pardos. Essa pequena variação tem como uma das principais explicações a regularidade da oferta de africanos vindos da África Ocidental entre fins do século XVIII e princípio do século XIX (Verger, 1988, p. 53-210).

O alto valor econômico dos escravizados de denominação angola e benguela demonstra que apesar da presença cada vez maior de navios negreiros portugueses na Costa da Mina, o tráfico com a África Centro-Ocidental continuou ativo na fase do ciclo da Baía do Benim (Verger, 1988, 53-210).

Outro aspecto que se observa no Gráfico nº 5 é o alto valor dos cabras e pardos, com preços semelhantes ao dos escravizados nascidos no continente africano. Parte da historiografia tende a afirmar que isto tem relação com o fato de que os escravizados nascidos no Brasil, por já estarem adaptados ao clima, idioma e cultura local, seriam menos resistentes em aprender as atividades a serem realizadas (Versiani, Vergolino, Nogueiról e Resende, 2013, 9).

O inverso acontecia com os escravizados nascidos na África que “...chegam ao Brasil muito rudes e muito fechados e assim continuam por toda a vida.” (Antonil, 2007, 98). Mas, então como explicar os valores bem mais baixos dos crioulos e mulatos, na faixa dos 80\$000 réis? Sabe-se que a quantidade de homens escravizados na Bahia sempre foi muita alta e tem relação com a preferência dos senhores de escravizados pela mão de obra masculina. Schwartz analisando “1913 escravos arrolados em inventários de engenhos e fazendas de cana mostrou uma proporção global

de 185 homens para cem mulheres, variando de 123 em 1710-50 a 233 durante a expansão da atividade açucareira após 1793” (Schwartz, 1988, 288).

É justamente durante a expansão do setor açucareiro na Bahia que boa parte desta pesquisa está assentada. Não coincidentemente, a quantidade de escravizados encontrados no inventário de Custódio Ferreira Dias foi bastante considerável, de 178 homens para cada 100 mulheres. Terminologias que se refiram a escravizados com forte possibilidade de terem nascidos no Brasil, tais como: pardo, cabra, crioulo e mulato, como nos casos mencionados no Gráfico nº 5, tinham uma tendência de ter uma quantidade maior de escravizados do sexo feminino, o que pressionou o preço médio desses grupos para baixo, já que o valor de mercado da mulher escravizada foi geralmente mais baixo do que o do escravizado.

FAIXA ETÁRIA	VALOR MÉDIO (réis)
De Peito/De Colo	27\$038
Molequinho (A)	85\$517
Moleque (Ca)	122\$500
Molecão (Cona)	126\$666
Moço (A)	131\$325
Velho (A)	64\$285
Muito Velho (A)	\$0

Quadro 3: Preço médio dos escravizados por faixa etária. APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

O Quadro nº 3 reflete o preço médio do escravizado considerando a faixa etária como variável determinante. Como se pode observar, o valor médio do escravizado de peito ou de colo (do zero aos três anos) foi de 27\$038 réis. Quando molequinho, ou seja, a partir dos quatro até os sete anos, com o risco de mortalidade infantil consideravelmente menor, o valor aumentava substancialmente, para 85\$517 réis em média, valor 216% maior.

Quando moleque, a partir dos oito anos de idade, já em fase parcialmente produtiva, mas ainda não em idade reprodutiva, o valor médio subiu numa proporção menor, mas ainda significativa, aumentando cerca de 43% com valor médio de 122\$500 réis.

A partir dos quinze anos, já em idade produtiva e reprodutiva, faltando detalhes para o alcance da vida adulta, a margem para a valorização do preço do escravizado foi muito reduzida. O valor médio dos escravizados entre os quinze e os dezoito anos de idade foi de 126\$666 réis, valorização ínfima de 3,4% em relação à categoria anterior.

A partir dos dezoito anos de idade, segundo a nossa classificação, o escravizado na Bahia colonial chegava ao ponto mais alto de valorização, seu valor médio atingia em média 131\$325 réis. Após este pico de valorização, a tendência da curva é se tornar descendente, refletindo a desvalorização gradual que acompanha o preço do cativo até ele ser considerado velho no contexto da economia baiana colonial, por volta dos trinta e cinco anos de idade. Nessa fase, produzindo cada vez menos, o valor de mercado do cativo acompanhava a sua queda de produtividade. Sua depreciação nessa faixa etária ultrapassava os 50%. O valor médio encontrado para os escravizados entre os trinta e cinco e os cinquenta anos de idade foi de 64\$285 réis.

A desvalorização do cativo era constante até se tornar “muito velho”, por volta dos cinquenta anos de idade. Nessa faixa etária, um escravizado na Bahia colonial não possuía nenhum valor de troca (valor de mercado) e, em alguns casos, apenas valor de uso, desempenhando alguma atividade leve que não exigisse grande esforço físico.

Considerando as péssimas condições de vida na qual se assentou a escravidão moderna nos trópicos, com alta insalubridade e baixíssima expectativa de vida, a partir dos cinquenta anos de idade, geralmente o escravizado que ainda insistia em existir, já se encontrava enfermo e debilitado. Não encontramos um escravizado “muito velho” sequer no inventário de Custódio Ferreira Dias, considerado pelos avaliadores como possuidor de algum valor econômico. Estes são os casos de: “Jozé de nação Tapa e Faustino gege, ambos muito velhos que por incapaz lhe não deram valor algum.”

A seguir, tem-se uma disposição gráfica que traz uma amostra do preço médio dos escravizados na Bahia do final do período colonial a partir dos dados do inventário de Custódio Ferreira Dias.

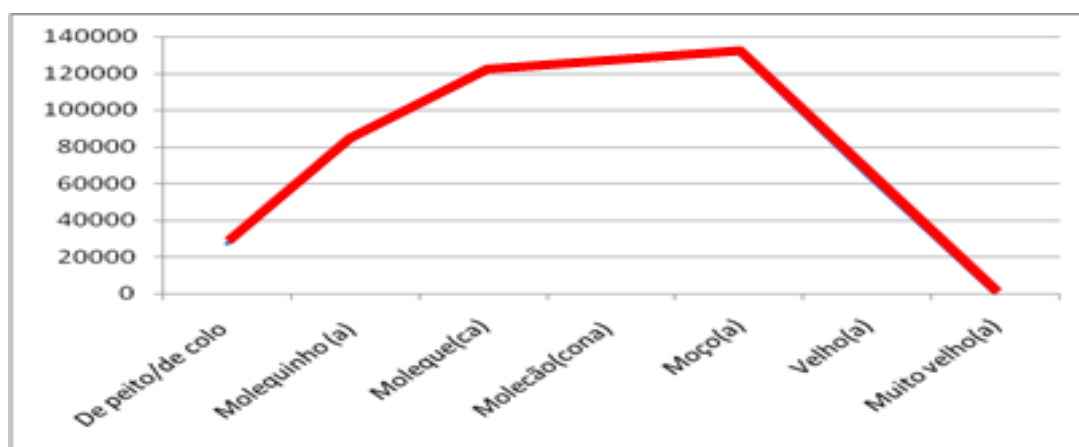


Gráfico 6: Preço médio dos escravizados por faixa etária (mil réis). APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário post-mortem de Custódio Ferreira Dias.

Note-se que o Gráfico nº 6 tem o formato de ‘U’ invertido representando o baixo valor do escravizado quando ainda muito pequeno, a sua valorização que acompanha o seu desenvolvimento físico e o seu acúmulo de experiência para o desempenho das principais atividades e a desvalorização a partir da diminuição do vigor físico tão necessário à maioria dos trabalhos existentes para a utilização da mão de obra cativa, até se chegar ao valor zero, quando já estava fisicamente incapaz.

Sobre os gráficos que ilustram a variação do preço do escravizado por faixa etária no Brasil dos séculos XVI ao XIX (Versiani, Vergolino, Nogueiról e Resende, 2013, 10), afirmam que:

Esse resultado é coerente com a ideia de que a acumulação de experiência aumenta a produtividade do trabalhador cativo até uma certa idade, a partir da qual a redução do vigor físico — crucial para a maioria dos escravos, os da lavoura — marca uma tendência no sentido contrário. Estudos sobre preços de escravos mostram, tipicamente, como já mencionado, uma relação entre o preço e a idade em forma de U invertido e assimétrico, com o pico de valor de mercado ao redor de 25–30 anos, no sexo masculino, e mais próximo de 20 anos, no sexo feminino. (Versiani, Vergolino, Nogueiról e Resende, 2013, 10).

Além da faixa etária, uma variável muito importante para condicionar o preço do escravizado na Bahia colonial era o nível de qualificação do cativo, como veremos a seguir.

Antes de apresentar os preços dos escravizados por qualificação/ocupação, calculamos a média do valor dos escravizados dividindo-os entre quatro categorias: os escravizados de atividades rurais, os de atividades domésticas, os escravizados com ofícios e os aprendizes. Como se vê na disposição gráfica nº 7:

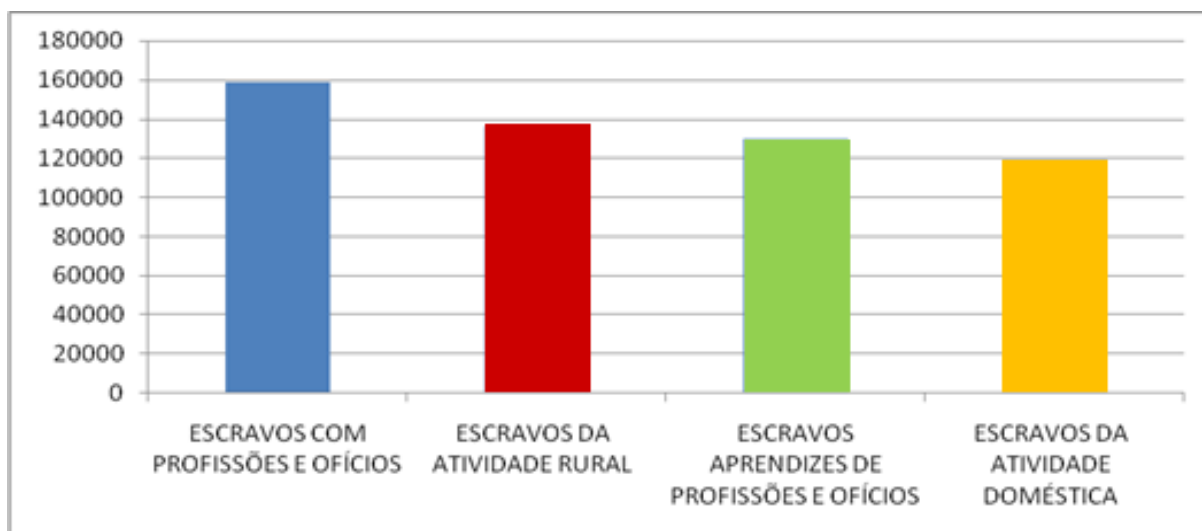


Gráfico 7: Valor médio do escravizado por setor de atuação (em mil réis). APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário post-mortem de Custódio Ferreira Dias.

Como se pode observar no Gráfico nº 7, o escravizado mais valioso era aquele que possuía algum tipo de ocupação com alto grau de especialização ou qualificação. Esse, além de reduzir os custos operacionais dos negócios, ao dispensar a contratação de mão de obra externa, ainda poderia

oferecer ganhos adicionais ao senhor, oferecendo seus serviços a outrem. Nossa amostragem identificou que um escravizado com este perfil valia em média 158\$677 réis.

O segundo tipo de escravizado mais valioso, era aquele que desempenhava atividades rurais. Embora haja funções no âmbito rural, sobretudo nos engenhos de açúcar que requeriam um alto nível de qualificação, como nos casos do mestre de açúcar, banqueiro e do caldeireiro, a maioria dos escravizados rurais não possuía uma mão de obra tão valorizada (Ferlini, 1988). Mas, por se tratar de indivíduos que atuam nos negócios do açúcar, principal atividade da economia colonial baiana, esse foi o segundo tipo de escravizado mais valioso, seu valor médio foi de 136\$361 réis.

Em terceiro lugar ficaram os escravizados aprendizes de ofícios. Esses tiveram um valor médio muito próximo ao dos escravizados rurais, valendo em média apenas 5% a menos do que a categoria anterior. O perfil deste terceiro tipo de escravizado era formado em sua grande maioria por moleques e molecões, indivíduos até os dezoito anos de idade aproximadamente. A pouca idade deles, além de significar vitalidade, simbolizava a capacidade e o potencial de aprendizado. Atuando ao lado de mestres de ofício, esses jovens garantiam ao senhor que, na morte do mestre, teriam peças de reposição mediante o treinamento desses indivíduos. Diferentemente da maioria das funções rurais, que eram realizadas por homens feitos, os aprendizes de ofício eram formados por escravizados adolescentes ou por jovens adultos. O preço médio de um escravo aprendiz na Bahia do final do período colonial girou em torno dos 130\$000 réis.

Em quarto e último lugar, segundo nossa distribuição, ficaram os escravizados domésticos. Sua média de valor foi segundo nossa pesquisa de 119\$166 réis, 7% a menos do que um escravo aprendiz de um ofício mecânico. O valor econômico menor se deve ao fato de que, apesar de desempenhar funções importantes, o escravizado doméstico geralmente representava apenas custos. Esses escravizados domésticos, em alguma medida, eram constituídos por indivíduos com média de idade mais alta ou com limitações físicas. Eles, tendo o valor depreciado eram deslocados para atividades que exigiam menor esforço físico.

Após a noção do valor da mão de obra escravizada relacionada ao âmbito de atuação, desdobraremos a questão do valor dos escravizados por tipo de função. As trinta e duas atividades diferentes encontradas entre os escravizados pertencentes à Custódio Ferreira Dias confirmam que quanto maior o nível de especialização, maior era o valor do cativo. O valor médio de um ferreiro chegou a 300\$000 réis. Barbeiros, caldeireiros, serralheiros, costureiras e sangradores também eram funções que possuíam alto valor econômico.

Os aprendizes, considerando que a grande maioria não era adulta, possuíam valor significativo se compararmos, por exemplo, com escravizados adultos sem especialização do âmbito rural ou do âmbito doméstico. A maioria dos aprendizes possuiu valor na faixa dos 120\$000

réis, exceção feita ao aprendiz de ferreiro, que assim como o mestre ferreiro, tinha valor bem destacado, indicando que o cuidado com as peças de ferro e cobre eram fundamentais para o bom funcionamento dos engenhos.

Os escravizados do serviço rural sem especialização e, sobretudo, aqueles dos serviços domésticos, eram os menos valiosos, por vezes, não atingiam sequer a barreira dos 100\$000 réis.

Outra variável relevante é a oscilação do preço do escravizado por condição de saúde. Como se pode observar no Quadro nº 4, um escravizado doente na Salvador e Recôncavo do final do período colonial chegava a valer menos da metade de um escravizado saudável.

ESTADO DE SAÚDE	PREÇO MÉDIO
Saudável	118\$310
Doente	50\$500

Quadro 4: Valor médio do escravizado por condição de saúde. APEB. Seção Judiciária, nº de classificação 04/1741/2211/05, ano: 1801. Inventário *post-mortem* de Custódio Ferreira Dias.

O preço médio do cativo saudável foi de 118\$310 réis, enquanto o valor médio do escravizado doente foi de apenas 50\$500 réis. A diferença de valor entre ambos chama atenção pela desproporção, sendo o escravizado saudável, 130% mais valioso em média do que um escravizado enfermo.

Kátia Mattoso afirmou que o senhor possuía um alto custo de manutenção com os escravizados enfermos (Mattoso, 2003, 87). Em linhas gerais e salvo exceções, não concordamos com a autora, pelo menos para o período colonial, pois os dados que possuímos demonstram que dos trezentos e trinta e seis escravizados de Custódio Ferreira Dias, apenas trinta e dois deles, ou seja, 9,5% do total possuía alguma doença ou deficiência física. Este baixo índice de escravizados doentes não indica que eles eram saudáveis, mas que a mortalidade entre os escravizados deve ter sido muito alta.

Os senhores não estavam preocupados em despender recursos no tratamento ou recuperação de cativos doentes. Na ótica dos senhores, um escravizado constituía-se como uma valiosa mercadoria e principal mão de obra do Brasil colonial. Enxergar um excessivo gasto com escravizados doentes é ressaltar equivocadamente o lado piedoso dos senhores e, minimizar a violência da escravidão moderna.

A escravidão negra no Brasil foi viabilizada economicamente mediante a constituição de um mercado de seres humanos com o continente africano. A escravidão não teria a proporção e a força que teve se dependesse da reprodução natural dos escravizados e de uma alta expectativa de vida. Salvo exceções, qualquer raciocínio que caminhe na direção de uma interpretação sobre taxas de natalidade e consideráveis índices de expectativas de vida do escravizado em terras brasileiras,

parece-nos um argumento equivocado, pois são incompatíveis com a própria natureza do trabalho escravo no Brasil, com suas péssimas e insalubres condições de trabalho. Em suma, foi a força do tráfico transatlântico de escravizados que permitiu a existência da escravidão de forma sólida e perene ao longo dos mais de três séculos de escravidão africana em territórios ultramarinos (Soares; Silva Jr.; Domingues, 2017) e (Reis; Silva Jr., 2016).

Um senhor dificilmente optaria em alocar recursos na tentativa de tratar escravizados doentes, ao invés de adquirir novos, sobretudo diante do quadro de relativa estabilidade no preço do escravizado na praça comercial da Bahia e da conjuntura favorável de retomada da economia de exportação no final do período colonial, tendo entre seus principais produtos justamente o fumo que se constituiu desde o século XVII em uma importante moeda de troca por cativos no continente africano.

Considerações finais

Diante do que foi mencionado, pode-se chegar a algumas conclusões. Sobre os inventários *post-mortem*, vimos que eles oferecem variadas possibilidades para as pesquisas histórico-demográficas e que são tipologias documentais ainda pouco exploradas com esta finalidade. A partir de um inventário é possível obter algumas informações importantes acerca dos escravizados, tais como: nome, gênero, nação (origem étnica), atividade e valor econômico.

Sobre o sujeito histórico escolhido para este trabalho, vimos que o negociante Custódio Ferreira Dias foi um dos maiores senhores de escravizados da Bahia na segunda metade do século XVIII. Contabilizamos um total de trezentos e trinta e seis escravizados em seu inventário de 1801, o valor destes somados atingiram a cifra de 35:018\$000 réis.

A maioria dos senhores de engenho da Bahia no final do período colonial optaram por adquirir por meio da compra, mais homens do que mulheres como força de trabalho. Em termos percentuais temos que 64% dos escravizados de Custódio Ferreira Dias eram do gênero masculino contra 36% do gênero feminino.

Quanto à estrutura etária dos escravizados dos engenhos do recôncavo da Bahia colonial, ela era formada por poucas crianças, tendo o escravizado adulto representado quase 70% do quantitativo total.

Quanto à origem étnica, constatamos que havia predominância de escravizados gezes, nagôs e angolas, respectivamente, sendo que a presença geze foi mais destacada em relação a todos os demais grupos étnicos.

Ao somarmos crioulos, mulatos, cabras e pardos temos que 35% dos escravizados pertencentes ao inventário de Custódio Ferreira Dias nasceram no Brasil. O alto volume de

escravizados nascidos em terras brasílicas indica que a escravidão estava sendo mantida não apenas pelo tráfico de escravizados, mas também, pela reprodução natural, demonstrando que engenhos do recôncavo açucareiro colonial buscaram vias alternativas para a recomposição de sua força de trabalho cativa, não ficando dependentes apenas do fornecimento via tráfico.

Números como os de 35% de escravizados nascidos no Brasil aliados aos 24% de escravizados com idade igual ou menor do que quatorze anos, relativizaram a noção de que os engenhos laicos possuíam taxa de natalidade escrava muito inferior em relação aos engenhos seculares.

Acerca das funções exercidas pelos escravizados, obtivemos o seguinte mapeamento. Foram onze funções consideradas rurais, três delas relacionavam-se à agricultura, a saber: do serviço de enxada, do serviço de machado e do serviço de roça. Os escravizados do serviço de enxada foram os mais comuns, e com essa designação, registramos cento e vinte seis cativos, representando 63,1% de toda a população escravizada que desempenhavam atividades rurais e 37,5% do universo total de escravizados. Esses números indicam uma forte produção agrícola em terras de Custódio Dias, predominantemente voltada para a lavoura canavieira.

Escravizados do serviço de machado perfizeram um total de seis indivíduos. Apesar da proximidade entre o serviço do machado e o da enxada, essas funções não eram equivalentes, pois os do serviço do machado possuíam como função principal, o corte de madeira e o fornecimento de lenha para os engenhos, diferentemente dos do serviço da enxada que tinham seu trabalho voltado para a agricultura da cana-de-açúcar.

Os escravizados do serviço de roça constituíam-se como mão de obra voltada predominantemente para a agricultura de subsistência, produzindo alimentos para o suprimento interno da propriedade. Não obstante, essas três categorias não eram estanques, podendo os escravizados serem deslocados entre o machado, a enxada e a roça, conforme a necessidade da unidade produtiva.

Identificamos três escravizados como sendo tangedores de cavalos. A Designação desses três escravizados para essa função indica a relevância do gado cavalariço, tanto como força motriz na moagem da cana, como também, como um eficiente meio de transporte terrestre.

A terminologia “de todo o serviço”, apesar de ser genérica, permite inferir que se tratava de escravizados versáteis ou com habilidades diversas.

Seis funções relacionavam-se diretamente à produção do açúcar. Eram atividades que representam as várias etapas do processo produtivo dos quatro engenhos de Custódio Dias: do serviço do engenho, caldeireiro, taxeiro, carreiro, moendeiro e purgadeira.

As atividades domésticas foram desempenhadas exclusivamente por mulheres. No total havia sete funções distintas, preenchidas por dezessete mulheres, distribuídas da seguinte forma: sete do serviço de casa, quatro costureiras, duas cozinheiras, uma lavadeira, uma rendeira e uma bordadeira.

Por outro lado, os escravizados considerados com alto nível de especialização eram todos do gênero masculino. Esses homens deveriam trazer retorno financeiro para o senhor, seja de forma direta, desempenhando suas atividades, ou de forma indireta, mediante a prestação de serviços a outrem por meio do aluguel da sua força de trabalho.

Foram vinte e dois escravizados em dez funções distintas na categoria funções e ofícios. Dentre eles, havia sete carregadores de cadeira de arruar, quatro marinheiros, dois carpinteiros, dois serralheiros, dois barbeiros, um cabeleireiro, um alfaiate, um pedreiro, um ferreiro e um sangrador.

Após um “raio-x” da quantidade, do gênero, da origem étnica e das funções desempenhadas pela imensa escravaria do senhor Custódio Ferreira Dias, coube-nos analisar as variáveis constituintes do valor médio do cativo no Recôncavo da Bahia na conjuntura de retomada da economia de exportação no final do século XVIII. Constatamos o valor de 111\$522 réis.

No entanto, quando passamos a considerar as principais variáveis na composição do valor do cativo, temos algumas mudanças significativas. Quanto ao gênero, por exemplo, a mulher escravizada valia em média 93\$642 réis, 30% menos do que os homens, que, por sua vez, tiveram valor médio de 121\$029 réis. Não obstante ao valor mais caro, a presença de homens escravizados foi predominante, 64% da mão de obra escravizada no recôncavo da Bahia entre 1750 e 1808 foi masculina.

O perfil etário dos escravizados é uma das variáveis mais relevantes para compreender o valor dos cativos. Vimos que o valor dos escravizados na Bahia colonial se comportou no formato de “U” invertido, cujo escravizado de peito/de colo, pelo risco de mortalidade possuía um valor econômico baixo e na medida em que este risco diminuía, tinha o seu valor aumentado. A partir dos quatro anos de idade, o valor médio era 200% maior. Quando moleque, a partir dos oito anos, em fase parcialmente produtiva, mas não em idade reprodutiva, o valor médio subiu numa proporção menor, mas ainda representativa, aumentando 43%. A partir dos quinze anos, em idade produtiva e reprodutiva, a margem para a valorização do preço do escravizado foi reduzida. O valor médio dos escravizados entre os quinze e os dezoito anos foi de 126\$666 réis, valorização de 3,4% em relação à categoria anterior.

A partir dos dezoito anos aproximadamente, o escravizado no recôncavo baiano colonial chegava ao cume de sua valorização econômica, atingindo em média 131\$325 réis. Após esse pico, a tendência da curva era descendente, refletindo a desvalorização paulatina que acompanhava o

preço do cativo até ser considerado velho por volta dos trinta e cinco anos de idade. Nessa fase, produzindo cada vez menos, o valor de mercado do cativo tendia a seguir a sua menor produtividade, sua depreciação econômica nesta faixa etária ultrapassou os 50%. O valor médio para os escravizados entre os trinta e cinco e os cinquenta anos de idade foi de 64\$285 réis.

Essa desvalorização, embora paulatina, era constante até se tornar “muito velho”, por volta dos cinquenta anos de idade. Nessa faixa etária, um escravizado na Bahia colonial não possuía nenhum valor de troca (valor de mercado) e, em alguns casos, apenas valor de uso, desempenhando alguma atividade que não exigisse grande esforço físico.

Outra variável relevante é a oscilação do preço do escravizado por condição de saúde. Um escravizado doente no recôncavo baiano no final do período colonial chegava a valer menos da metade de um escravizado saudável.

Outro aspecto decisivo pelos critérios utilizados pelos avaliadores dos inventários da Bahia colonial era o nível de especialização do cativo. Indubitavelmente, o escravizado mais valioso era aquele que detinha um tipo de ocupação com alto grau de especialização. Esses indivíduos eram muito cobiçados, pois poderiam reduzir os custos dos negócios ao dispensar a contratação de mão de obra externa, e ainda oferecer ganho extra ao senhor, oferecendo seus serviços a outrem. Um escravizado com este perfil, valia em média 158\$677 réis. Esse valor chegou aos 300\$000 réis no caso de um escravizado ferreiro. Além desse, barbeiros, caldeireiros, serralheiros, costureiras e sangradores também possuíram alto valor econômico.

A origem étnica do cativo não parece ter sido tão decisiva para a composição do seu preço. A maioria das etnias tiveram preço que variaram dos 120\$000 réis, como nos casos dos angolas e do gentio da costa, a 140\$000 réis e, dos nagôs, cabras e pardos. Essa pequena variação de valor tem como uma das principais explicações o avançado processo de miscigenação percebido no recôncavo da Bahia no final do século XVIII e a regularidade da oferta de africanos vindos da África Ocidental entre fins do século XVIII e princípio do século XIX.

Por outro lado, o alto valor econômico dos escravizados angola e, principalmente, benguelas, demonstra que apesar da presença cada vez maior de navios negreiros portugueses na Costa da Mina, o tráfico com a África Centro-Occidental continuou ativo na fase do ciclo da Baía do Benim.

Portanto, o perfil escravizado economicamente mais valioso no recôncavo da Bahia na conjuntura de retomada da economia de exportação no final do setecentos foi o do escravizado homem, adulto, saudável, com um bom nível de especialização, geralmente exercendo alguma arte mecânica como mestre e sem um perfil étnico definido.

Referências Bibliográficas

- Andrade, Maria José Souza de. *A mão de obra escrava em Salvador, 1811-1860*. São Paulo: Corrupio, 1988.
- Antonil, André João. *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas e Minas em 1711*. São Paulo: Edusp, 2007.
- Barickmam, B. J. *Um Contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1789-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- Dosse, François. *O desafio biográfico: escrever uma vida*. São Paulo: Unesp, 2009.
- Ferlini, Vera. *Terra, Trabalho e Poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- Libby, D. C. “Demografia e Escravidão”. *LPH. Revista de História da UFOP*,3, n.1, (1992)267-294.
- Libby, D. C., e C. A. Paiva, org. *História Econômica e Demografia Histórica*. 1. ed. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2002.
- Libby, D. C., Tarcísio Rodrigues Botelho, e C.V. de Andrade. “Família e demografia em Minas Gerais, séculos XVIII, XIX e XX”. *Revista Brasileira de Estudos de População*,29, (2012): 199-206.
- Martins, Roberto Borges. *Crescendo em silêncio: A incrível economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte: ICAM-ABPHE, 2018.
- Mascarenhas, Maria José Rapassi. “Fortunas coloniais - Elite e riqueza em Salvador 1760 – 1808”. Tese de doutoramento em História Econômica. São Paulo, Universidade de São Paulo,1999.
- Mattoso, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma Província do Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- Mattoso, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.
- Nogueira, Gabriela Amorim. "Viver por si", viver pelos seus: famílias e comunidades de escravos e forros no "Certam de Sima do Sam Francisco (1730-1790)". Dissertação de Mestrado em História Regional e Local, UNEB, 2011.
- Pares, L. N. “Milicianos, barbeiros e traficantes numa irmandade católica de africanos minas e jejes (Bahia, 1770-1830)”. *Tempo, Revista do Departamento de História da UFF*, 20, (2014): 1-32.
- Pares, L. N. *O processo de criouliização no Recôncavo baiano (1750-1800)*. Afro-Ásia (UFBA), Salvador, v. 33, p. 70-101, 2005.
- Pimenta, T. S., e R.A. Dantas. “Barbeiros-Sangradores no Rio de Janeiro Oitocentista: Transformações de um ofício”. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores (as) Negros(as) - ABPN*, 6, (2014): 6-24.
- Pires, Maria de Fátima N. *Fios da vida: Tráfico Interprovincial e Alforrias nos Sertões de Sima, 1860-1920*. São Paulo: Annablume, 2009.
- Reis, Isabel C. F. “A família negra no tempo da escravidão: Bahia, 1850-1888”. Campinas. Tese de doutoramento em História. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 2007.
- Reis, João José, e Carlos Silva JR., org.. *Atlântico de dor: faces do tráfico de escravos*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.
- Ribeiro, Geisa Lourenço. “Enlaces e desenlaces: família escrava e reprodução endógena no Espírito Santo (1790-1871)”. Dissertação de Mestrado em História Social. Vitória: UFES, 2012.
-

Rocha, Uelton Freitas. “Recôncavas Fortunas: a dinâmica da riqueza em Cachoeira (1837-1889)”. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: UFBA, 2015.

Schwartz, Stuart. *Segredos Internos: Engenhos e Escravos na sociedade Colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

Silva, Ana Paula Albuquerque. “Produção fumageira: fazendas e lavradores no Recôncavo da Bahia (1773-1831)”. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: UFBA, 2015.

Slenes, Robert Wayne Andrew. *Na Senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava (Brasil - Sudeste, século XIX)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

Soares, Carlos Eugênio Líbano, Carlos Silva JR., e Cândido Domingues, org. *Africanos na cidade da Bahia: tráfico negreiro, escravidão e identidade africana - Século XVIII*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2017.

Verger, Pierre. *Fluxo e Refluxo do tráfico de escravos entre o golfo do Benin e a Bahia de todos os Santos: século XVII ao XIX*. São Paulo: Corrupio, 1987.

Versiani, F.R., L.P.F.Nogueról, J.R.O. Vergolino, e G. Resende. *Preços de Escravos e Produtividade do Trabalho Cativo: Pernambuco e Rio Grande do Sul, século XIX*. In: Anais do XLI Encontro Nacional de Economia, Foz do Iguaçu, 2013.

Ximenes, Cristiana Ferreira Lyrio. “Bahia e Angola: redes comerciais e o tráfico de escravos (1750-1808)”. Doutorado em História. Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2013.

Recebido: 25 de novembro de 2021

Aprovado: 12 de fevereiro de 2022